

O ASSALTO À SOBERANIA

PAULO BONAVIDES

A soberania nacional corre grave risco de desintegrar-se ou extinguir-se. Vamos explicar porque.

Quando os nazistas hastearam a primeira swastica e os fascistas vestiram a primeira camisa parda, sua estranha aparição nas ruas afigurou-se ao incauto cidadão da democracia burguesa uma irrelevante brincadeira de mau gosto. Ou, em outras palavras, um ato de fanatismo que, no caso alemão, fez que a polícia transferisse os amotinados das mesas de uma cervejaria para as celas de uma prisão política. Mas logo tornaram às ruas, às passeatas e aos comícios com dobrado fanatismo, que o desespero, a desordem social, a inflação e a bancarrota cedo contribuíram para transformá-los, com o volume das adesões recebidas, numa alavanca de desestabilização das instituições, até o assalto final do poder, consumado com a introdução das ditaduras e os decretos institucionais que liquidavam o sistema e a ordem democrática.

O desfecho de tudo foi uma Grande Guerra Mundial, vinte e tantos milhões de mortos, muito sangue derramado, muita viuvez, muita orfandade e muitas lágrimas, para não falar em seis milhões de hebreus queimados nas câmaras de gás dos campos de concentração.

Não tem o Brasil pressupostos para que vingue a traição separatista. Mas ela coincidentemente parte de um teuto-brasileiro, provavelmente de primeira geração — Hitler era austríaco, embora de sangue alemão — que atua nos Estados meridionais, onde ainda perduram quistos culturais de família refratários a uma plenitude assimilativa do sentimento nacional brasileiro. Por isso mesmo são vulneráveis e abertos à penetração de idéias contaminadas de racismo e forte apelo secessionista.

Em verdade, a farsa separatista já ecoa na esfera internacional, em dimensões suspeitas, conforme pessoalmente observei, em novembro do ano passado, num simpósio de juristas em Münster, na Alemanha.

Não devemos, pois, subestimar a projeção dessa ameaça na ocasião mesma em que outras ameaças e outras traições, de que a seguir nos ocuparemos, se desenham visivelmente no horizonte da conturbada crise política do Brasil. Senão vejamos.

Uma é pertinente à função das Forças Armadas, onde o interesse nacional ficaria sacrificado se atribuíssemos à tropa de linha, debaixo do pretexto de que a guerra fria acabou, tarefas incompatíveis com a natureza da missão constitucional que desempenha a milícia, enquanto corpo militar permanente, dissuasório de aventuras invasoras ou imperialistas, as quais, o mundo está a ver, não cessaram nem vão cessar, conforme ilusoriamente se tem proclamado.

Às grandes potências interessa unicamente desarmar e debilitar os países do terceiro e do quarto mundos, entre os quais, em primeiro lugar, o Brasil, em cujas fronteiras setentrionais, bem perto da orla do Caribe, uma das superpotências, estranhamente, e pela vez primeira, efetuou manobras de misteriosa finalidade.

Ao tempo de Collor, a corrosão orçamentária das verbas destinadas à manutenção e aperfeiçoamento da máquina militar refletia já essa política do desastre e da catástrofe, traçada nos bastidores internacionais, sem ciência e anuência da sociedade brasileira. Com a difusão do falso princípio de que o poder militar se tornara inútil na sociedade de nosso tempo, postulava-se um desarmamento indireto e precipitado que só os pequenos, e não os grandes, fariam. Estes últimos poderiam até, por disporem de arsenais atômicos, se dar o luxo de reduzir suas forças convencionais.

Preconizavam-se, pois, diretrizes de ação que, executadas, afetariam a segurança externa, comprometendo, ao mesmo passo, a integridade territorial do País.

De último, outra ameaça desponta no clima político do País: o rolo compressor da revisão constitucional, absurdamente açodada, de que participa, aliás, o elenco de figurantes corruptos, que subtraíram para o próprio bolso dinheiro público, daqui resultando menos pão, menos saúde e menos escola para os trinta milhões de brasileiros da miséria absoluta.

Não somos passionais da perfeição constitucional. Mas não podemos admitir uma reforma séria, idônea e eficaz da Constituição, edificada sobre as areias de um *quorum* unicameral de maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, quando a legitimidade, a legalidade e a sobrevivência da Federação imperativamente determinam se faça ela, por via de emenda, mediante maioria de dois quintos, em dois turnos de votação em cada Casa do Congresso.

Não resta dúvida que uma revisão com tal procedência escamoteia a vontade nacional, conculca a soberania e usurpa os direitos do cidadão, configurando opróbrio, ofensa e assalto aos valores da democracia e da nacionalidade.

A revisão só tem um alvo: quebrantar o monopólio do Estado no campo da eletricidade, do petróleo e da telecomunicação. O mais se torna ali secundário, supérfluo, negociável. Estado forte só existe com democracia, sendo pressuposto de nação livre. Estado fraco, ao contrário, é sentença de nação escrava; sentença lavrada, no caso do Brasil, com a privatização e desnacionalização da Petrobrás, com o enfraquecimento do poder das armas e com o sopro das doutrinas separatistas de traição nacional. O Congresso revisionista é o mesmo que podou recursos destinados a manter a inviolabilidade da fronteira amazônica.

Aberta desde muito à cobiça internacional e à invasão pacífica de falsas missões evangélicas, bem como de pseudo-antropólogos e cientistas sociais, a Amazônia é, hoje, o coração da unidade nacional. Tais missões e tais "cientistas" compõem, sem sombra de dúvida, com algumas exceções, a retaguarda dos corpos armados que, ontem, conforme assinalamos noutro artigo, arrebataram ao México a porção mais rica de seu território — da Califórnia ao Texas, do Novo México ao Utah —, um espaço de cerca de dois milhões de quilômetros quadrados, ainda assim inferior ao de toda a Amazônia.

Já não são forças invisíveis ou ocultas que conspiram contra o País: ao alcance de nossas vistas, numa operação ostensiva, se constrói o Cavalo de Tróia, que os invasores não precisarão de diligenciar-lhe a introdução dissimulada; cá se acha ele já posto intramuros por uma falange que bem merece o nome de quinta coluna, a força civil secreta das décadas de 30 e 40, cuja função ignominiosa estava em abrir aos exércitos de ocupação as portas das nações, as quais, antes da conquista, tinham primeiro metodicamente vilipendiada e estraçalhada a honra nacional.

Hoje, nos países em desenvolvimento, desconfia-se de que camufladamente grande parte daquelas sociedades não governamentais e missões religiosas desempenham a mesma função de vilipêndio; na rota da ocupação fingem-se de zelo sacerdotal pela causa indígena ou se credenciam como cientistas do solo, da fauna e da flora. São a ponta de lança da invasão futura. Buscam desse modo conhecer melhor nossas riquezas com o propósito de arrebatá-las depois, consoante já o fizeram nos casos do México e da Colômbia, vítimas da maior tragédia imperialista dos últimos cento e cinquenta anos na América Latina.

Não é sem razão que a demarcação das reservas indígenas, ocorrendo mediante sub-reptícia pressão internacional, em verdade não corresponde aos interesses do nosso índio, mas aos desígnios predatórios da cobiça imperialista, empenhada já na ocupação dissimulada.

--oOo--

O nascimento do direito é sempre como o do homem, isto é, um parto doloroso e violento. Mas não será o caso de lamentarmos que as coisas se passem assim. Porque as circunstâncias por força das quais os povos não chegam ao seu direito sem sofrer são justamente as que criam entre eles e o direito o laço íntimo que, com o perigo de vida no parto, a natureza liga a mãe ao recém-nascido. (...) A energia do amor com que um povo mantém e defende seus direitos se deve bitolar pelos sofrimentos e pelos esforços que lhes custaram.

JHERING. *A Luta pelo Direito.*